

Brazil

Remédio e combustível sob controle

Palocci admite que setores terão política de preços diferenciada para que baixa renda não seja atingida

BRASÍLIA - Apesar de admitir que não pretende adotar uma política intervencionista de preços para reduzir a inflação, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse ontem que em casos específicos, como nos setores de medicamentos e combustíveis, é preciso ter um tratamento diferenciado. Palocci defendeu a manutenção do subsídio do gás de cozinha para a população de baixa renda na intenção de preservá-la da alta do preço do petróleo.

- Não acredito que devamos ter políticas intervencionistas de preços. Algumas questões de valor essencial, como é o caso dos medicamentos, exigem medidas diferenciadas. Fora isso, não estamos debatendo política de intervenção de preços - afirmou.

O ministro aproveitou ainda para dizer que a Contribui-

ção de Intervenção do Domínio Econômico, que recai sobre os combustíveis, deve ser um dispositivo móvel. A alíquota aprovada no Congresso foi de R\$ 0,86 por litro de gasolina. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, optou no início deste ano em não alterar o teto do chamado imposto da gasolina e manteve a alíquota máxima em R\$ 0,5011 por litro.

- A Cide não pode ser um instrumento de arrecadação pura - disse.

Palocci explicou que esse tipo de contribuição não tem uma arrecadação certa e por este motivo é natural que haja uma frustração na previsão

feita pelo Congresso Nacional com relação à Cide. Esperava-se que os cofres públicos contassem com R\$ 700 milhões. Para Palocci, a Cide deve ser elevada quando o preço do petró-

**"Arrecadação extra
não se pode prever.
Se não tiver receita,
haverá cortes"**

ANTÔNIO PALOCCI
MINISTRO DA FAZENDA



Arquivo JB

leo cai e reduzida quando sobe, ou seja, agir como um regulador de preços.

Apesar de admitir que a arrecadação da Cide poderá ser menor do que a prevista, o ministro afirmou que não abrirá mão do Imposto de Renda cobrado dos fundos de pensão, que reclamam de ser tributados duas vezes. O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, defende uma negociação do assunto.

- O tributo existe. Respeito a posição de Berzoini. Podemos dialogar sobre esta questão - disse.

Palocci esclareceu ainda que possíveis cortes no Orçamento

só serão conhecidos em fevereiro e que, "nos próximos dias", o presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá sancionar o texto modificado pelo Congresso. Palocci disse que o governo deverá baixar um decreto com o limite de gastos de cada ministério ainda em janeiro. Ao fim deste mês, ou no início de fevereiro, afirmou o ministro, sairá outro decreto com a programação financeira e orçamentária para todo o ano.

Uma das saídas para que os cortes não sejam elevados é estudar receitas extraordinárias, que só no ano passado somaram cerca de R\$ 18 bilhões. Palocci admitiu que o assunto está em discussão.

- Arrecadação extra não dá para ser prevista. O que não for arrecadado extraordinariamente significará cortes - alertou o ministro.